

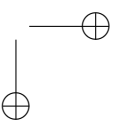
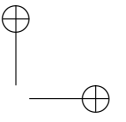
**UM PRIMEIRO
RECONHECIMENTO DO
PROBLEMA
DO QUE HÁ**



Miguel S. Albergaria

2011

www.lusosofia.net





LUSOSofia:PRESS

Covilhã, 2011

FICHA TÉCNICA

Título: *Um primeiro reconhecimento do problema do que há*

Autor: Miguel S. Albergaria

Colecção: Ensaio LUSOSOFIA: PRESS

Design da Capa: António Rodrigues Tomé

Composição & Paginação: José M. Silva Rosa Universidade da Beira

Interior

Covilhã, 2011





Um primeiro reconhecimento do problema do que há

Miguel S. Albergaria

Índice

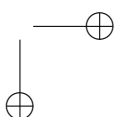
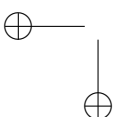
1. Um problema do que há.	3
2. Os três planos do problema.	6
3. As duas estratégias resolutivas.	9
Bibliografia:	13

Resumo:

Neste texto reconhece-se o problema do estabelecimento do que há a partir de um choque entre dois mundos culturais. Nessa base, distinguem-se planos em que o problema se coloca, sugere-se uma sua hierarquização, e apontam-se duas estratégias resolutivas complementares (não concorrentes) para o seu equacionamento e resolução radical.

1. Um problema do que há.

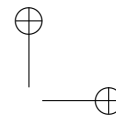
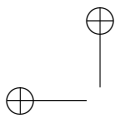
Em março de 1961 a União dos Povos de Angola lançou uma série de ataques a fazendas e postos administrativos em toda a região dos Dembos (ao norte da então província ultramarina portuguesa). Os ataques foram efetuados por nativos equipados maioritariamente com armas brancas, os quais carregaram sobre colonos



e funcionários gritando que os projecteis das armas de fogo destes últimos se tornavam de *água* (“maza”) face aos amuletos ou rezas dos primeiros. Depois de um sucesso inicial concomitante à surpresa dos ataques, assim que as poucas tropas coloniais disponíveis e algumas milícias civis reagiram (usando as armas de fogo no suposto de que as balas e bombas não dependem de magia...) a região foi pacificada, com muitas baixas entre os nativos. A revolta só foi reiniciada no ano seguinte. Mas com armamento moderno e mediante apropriadas táticas de guerrilha. Tendo-se então prolongado durante treze anos numa guerra que, juntamente com conflitos similares em Moçambique e Guiné-Bissau, terminou com a revolução democrática de 1974 em Lisboa e o consequente reconhecimento português da independência das colónias¹.

Lembrei-me deste incidente há (demasiados!) anos numa das conversas ao fim do dia com o meu amigo John Chapman, no Teefy Hall do St. Michael’s College (U. of T.), como caso de estudo

¹ Vejam-se as descrições do ataque a Mucaba, mas também a dos habitantes da aldeia de Quibuenda (?) que receberam um bombardeamento aéreo de pé e sem se abrigar, munidos apenas de paus mágicos, in Furtado (2007: III, 10:30-15:40). Sobre discrepâncias linguísticas, v. Fuchs (2002) – discrepâncias semânticas como entre, de um lado, os termos swahili “mpunga” (*arroz* maduro) e “mchele” (*arroz* colhido e descascado), que com a raiz *m-*, significam entidades vitais, dotadas de forças naturais e/ou sobrenaturais, enquanto “wali” (*arroz* cozido) se reporta a uma classe de entidades instrumentais, e, do outro lado, a unidade designada por “arroz” (que se não identifica isoladamente a qualquer daqueles três nomes, nem ao conjunto destes uma vez que esse conjunto não se pode formar dada a diversidade ôntica entre *wali* e as outras duas entidades). E discrepâncias sintáticas, como entre as línguas indo-europeias e outras que não distinguirão verbos de nomes, ou que não remetem essa distinção para outra entre entidades e ações. Sobre a correspondência entre as estruturas linguísticas e os pensamentos e comportamentos, v. Boroditsky (2011).

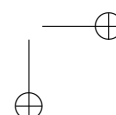
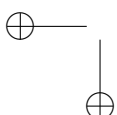


para o problema do que há, do que é o caso². . . Desde logo, porque obriga a enfrentar este problema.

Com efeito, discrepâncias comportamentais e linguísticas como aquelas sugerem multiplicidades de casos alternativos – e.g. o do que os portugueses designavam “bala”, e o de projecteis que se liquefariam por meio de magia. Mas as consequências de tais comportamentos também sugerem que estes casos não se equivalem – o objetivo dos revoltosos angolanos de expulsar os colonos na região do café não se cumpriu mediante o uso dessa conceção animista dos projecteis, enquanto se cumpriu o objetivo dos colonos que lá voltaram e fizeram a safra, mediante o uso de uma conceção mecanicista. O que porém não significa que o que aí houvesse correspondesse exatamente ao significado de “bala” tal como este termo foi ali usado, pois não se nega a possibilidade de outros significados se associarem a comportamentos que também cumprissem os seus objetivos³. Em suma, choques entre redes linguísticas e comportamentais – chamemos-lhes “mundos” – como o acima referido revelam que nem é necessário que se verifique uma só fórmula válida ou funcional do que há, nem há tudo aquilo que for formulado. Logo, um problema acerca do que há ergue-se no seio de cada mundo, para além da descrição do que neste se assume como sendo o caso.

² Lembro-me que perguntei ao John se o *segundo-Wittgenstein*, uma vez que fosse contratado como conselheiro militar dos rebeldes, *deveria* aconselhar os sobreviventes de Mucaba a que continuassem a tomar como *real* o que fosse formulado em kikongo (?), e, se ele assim fizesse, se seria *possível* que (nessa condição profissional) continuasse a ter quem lhe pagasse o salário que lhe permitisse viver, de modo que essa sua obra filosófica precisamente *pudesse* continuar a chegar aos respetivos interessados.

³ Esta diversidade é patente logo no subtítulo de Robert Laughlin (2005) – *Reinventing Physics From the Bottom Down* – obra em que este Nobel de física defende que estaremos, ou teremos hoje que alterar o paradigma segundo o qual interpretamos e desenvolvemos as ciências naturais desde a Modernidade. Enfim, com *Horácio*, lembremo-nos de que “há mais coisas no Céu e na Terra do que a [nossa] filosofia julga”.



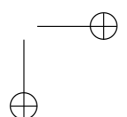
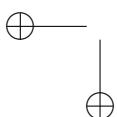


Mas além de induzir o reconhecimento da ocorrência deste problema, creio que esse caso de estudo nos adianta alguma coisa nas questões da ordem da resolução assim requerida, e da estratégia apropriada.

2. Os três planos do problema.

Sobre a primeira dessas últimas questões, entre os atacantes e os defensores de Mucaba, entre os habitantes de Quibuenda e os aviadores, onde radicalmente se divergiu acerca do que há não foi em haver, ou não, algo concreto designado por “balas” e “bombas” – e designado pelos termos kikongo que fossem usados exatamente nas mesmas oportunidades que aqueles termos portugueses (v. adiante o exemplo do puzzle) – *nas* espingardas dos defensores de Mucaba, e nos aviões sobre Quibuenda. Todos concordariam na verificação desses casos em tais contextos.

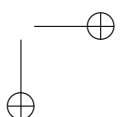
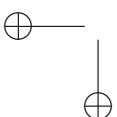
A divergência foi antes sobre se o que há é de tal modo que umas *balas* assim disparadas perfurarão tais corpos, ou não, e o mesmo para as *bombas*. Cada um destes casos implica uma tese diferente sobre o que há *como* tal, a saber: se objetos metálicos se liquidificam quando participam dos processos acima mencionados, então é-se o caso de tal modo que se pode *emergir* processualmente para além do que seja próprio dos elementos a que o caso se pudesse *reduzir* à margem de qualquer processo, e.g. a moléculas de metal, de ar...e respetivas regras de associação (Laughlin (2008: xv), a quem estou tomando por empréstimo os termos “emergentismo” e “reducionismo”, acharia aqui prudente lembrar que a implicação não é biunívoca – o paradigma emergentista não se esgotará no pensamento mágico!). Em troca, se o campo de possibilidades aberto a projecteis metálicos é restringido pelas propriedades daqueles elementos, então é-se o caso segundo o paradigma reducionista.

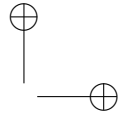
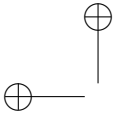




Invertendo a indução do plano imediato do que há para o plano disso como tal, na base da decisão que se tomar neste último deduzir-se-ão fórmulas distintas naquele primeiro plano – e.g. no âmbito das ciências naturais. Fórmulas a que corresponderão – como o nosso caso de estudo bem ilustra – comportamentos, e respetivas consequências, distintas ao ponto de uns poderem ser consistentes enquanto outros se autodestroem. A questão do que há como tal não é portanto trivial para o plano imediato – i.e. não faculta uma resposta inconsequente, que pudesse ser ignorada.

Entretanto, o facto da administração pública portuguesa se ter mantido em Mucaba, assim como no resto do império, e a partir dessa altura as forças armadas se terem empenhado na preservação deste último (depois da emancipação das colónias inglesas e dos desastres franceses na Indochina e na Argélia!), ilustra a implicação de um outro plano do que há. Pois essa decisão política foi justificada pela assunção de um Portugal uno “do Minho a Timor”. O que por sua vez se compromete com a tese de que o propriamente há são unidades essenciais, conceitos, por respeito aos quais podem ser sacrificados os indivíduos que os satisfazem, ou que deles participam – como os mancebos portugueses em prol *daquele* Portugal. Treze anos depois, a revolta militar contra essa guerra colonial facultou um regime político – a democracia – comprometido antes com a assunção de que o que propriamente há são indivíduos distintos pelas respetivas vontades, e o nome do respetivo país precisamente é apenas um *nome* que designa a resultante do jogo dessas múltiplas vontades. Os defensores de Mucaba terão acordado tacitamente (e muito bem, pois os que não o fizessem deixariam de *poder* discordar quase tão depressa quanto se também avançassem “para os tiros de peito aberto”!) que essa não seria a ocasião propícia para retomarem a velha questão dos *universais* – se as essências gerais (e.g. *Portugal*), relações... são *reais*, ou são *conceitos* mentais, ou são meros *nomes*. No entanto, logicamente, a escolha dessa resistência aos rebeldes implicou alguma, digamos, *população* do





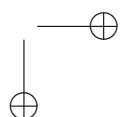
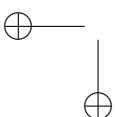
mundo “português”. Isto é, uma determinação do que há *enquanto* tal. Esta também não é portanto uma questão trivial para o que há em cada contexto.

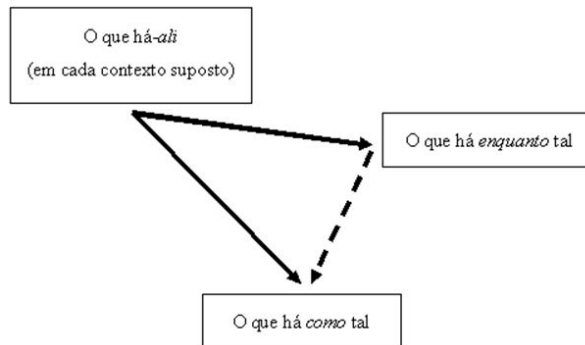
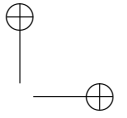
Temos assim três planos de questionamento do que há: o imediato, contextual, do que há-*ali* – no qual se pergunta por casos pontuais na base da pressuposição dos respetivos contextos. O plano do que há *como* tal. E o do que há *enquanto* tal.

O nosso caso de estudo ilustra a implicação destes dois últimos planos pelo primeiro. Sobre esses outros, poderemos estabelecer que o terceiro implica o segundo, mas que o inverso não é necessário. Pois quer a afirmação “há essências, ou conceitos”, quer a afirmação “há apenas indivíduos assim denomináveis”, implicam explicitamente nas suas formulações algum significado de “haver”, “ser o caso”... Já uma afirmação da forma “é-se o caso como x , ou no como modo x ”, não implica, pelo menos diretamente, a determinação da população do mundo⁴. O plano do que há como tal constituirá assim o nível radical do problema do que há – que poderemos representar num esquema como o seguinte:

A implicação do plano do que há como tal pelo plano do que há enquanto tal está assinalada a tracejado por faltar garantir a não trivialidade do que se estabelecer naquele plano radical para este

⁴ Mais precisamente: uma definição pode ser *explícita* ou *implícita* (v. Lourenço, 1991: 24-26) – no primeiro caso, reduz-se o sentido do termo a definir ao sentido de outro termo tido por mais óbvio; no segundo caso, apresentam-se diversas proposições nas quais aquele termo ocorre, e que descrevem alguma propriedade deste último. Ora qualquer hierarquização ou restrição no universo do que eventualmente haverá, como as que decorrem das teses realista, conceitualista e nominalista, tornará menos óbvio, porque mais complexo, o sentido dos termos aos quais se pretenda reduzir (nessa hipotética implicação) o sentido de “haver como x ”, expressão que se reporta àquele universo antes de quaisquer hierarquizações ou restrições. O que torna menos provável, se não impede, uma definição explícita do que há como tal por via do que há enquanto tal. Já uma sua definição implícita poderá verificar-se mediante proposições que satisfaçam qualquer daquelas teses metafísicas, não implicando assim uma decisão entre estas.

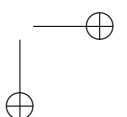
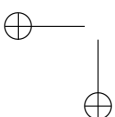




outro. Com efeito, não descartámos a possibilidade dessa implicação visar indiferentemente *qualquer* resposta no plano radical, de modo que estas não farão diferença para a questão do que há enquanto tal, ou seja, para a determinação de um mundo mais, ou menos populoso (também com conceitos e relações, ou apenas com indivíduos). Mas neste nosso primeiro reconhecimento do problema do que há deixaremos suspensa a verificação dessa trivialidade. Até mesmo em ordem a tal verificação, abordaremos antes o problema particular da estratégia resolutiva.

3. As duas estratégias resolutivas.

Linguisticamente estamos confinados em dois âmbitos. O maior é o da possibilidade de casos *recortados* num mundo pelos termos aí usados não corresponderem a qualquer recorte noutra mundo – como é ilustrado pelo exemplo de “arroz” (nt. 1). Mas, num âmbito mais restrito, mesmo que correspondam – isto é, que sempre mas tão somente que num mundo se use um mesmo termo, num outro mundo em choque com o anterior se use um mesmo termo (quais duas peças de puzzles diferentes que se possam trocar por terem recortes idênticos) – se as respetivas características não facultarem

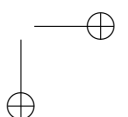
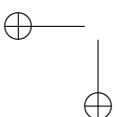


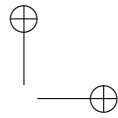


relações com resultados equivalentes no seio dos respectivos mundos, então esses casos não são idênticos (como não o são peças de puzzle com a mesma forma, mas com cores e riscos distintos). Creio ter sido isto que ocorreu entre “bala” e algum termo kikongo. Usando o par fregeano “referência” e “significado”, diremos assim que a referência de um termo num mundo pode não ser referida noutra mundo; e que, quando se verificar uma correferencialidade, os significados podem ser distintos. Aliás, sê-lo-ão sempre se porventura o que facultar as relações de qualquer caso for alguma propriedade estritamente comum aos casos que, por isto mesmo, participam de um mesmo mundo – como uma conotação mecanicista nuns significados, e uma conotação animista noutros. Mas mesmo que, por hipótese, duas referências e significados de mundos diferentes coincidam, uma vez que a projeção linguística do universo de tudo o que haja se fará no seio de algum mundo linguístico, faltará o critério neutro – *o ponto de vista de Deus* – que compare esses dois mundos do universo.

Encontramo-nos irremediavelmente confinados ao mundo de que participamos. Todavia, choques entre mundos como o aqui apontado projetam-nos para esse universo do que há. Abrem-se duas saídas deste paradoxo: ou bem que nos conformamos ao nosso mundo, e visamos o que há como tal estritamente no interior dos seus limites – como que indiciando, mas nunca chegando a formular o que é universal. Ou bem que, não os podendo ultrapassar (ou não seriam “limites”), avançaremos sobre eles como que pelo *fio de uma navalha* – digamos que projetando *um* universo ainda que à luz desse mundo.

Tanto a lei do menor esforço, quanto a da maior segurança e conforto, apontam-nos a primeira saída (que à maior parte de nós chegará assim muito bem). A respetiva estratégia começará por identificar quaisquer casos concretos eventualmente implicados por esse mundo – isto é, aqueles cuja não verificação implique a não verificação deste último no seu conjunto. Seguidamente,

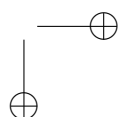
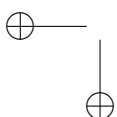




aferir-se-á algum desses casos, confirmando-se ou pelo menos prorrogando-se o respetivo mundo se for verificado, e enfeitando-o ou pelo menos colocando-o em causa se não o for. Suponho que isto é hoje exemplificado pela investigação no C.E.R.N. sobre o eventual caso do *bosão de Higgs* (porventura já resolvida quando este texto chegar ao leitor), na medida em que esta partícula for prevista pelo modelo teórico vigente. O emprego deste último será *reforçado* se se verificar aquele caso – tal como a não explosão das bombas em Quibuenda teria reforçado a crença animista. . . e a desconfiança dos oficiais portugueses sobre a competência dos armeiros que as tivessem espoletado, ou suspeita equivalente. Em troca, se não se verificar esse *bosão* ao mesmo tempo que se torne desconsiderável a dúvida sobre a eficiência do acelerador de partículas, os defensores daquele modelo teórico deitar-se-ão nos mesmos lençóis em que se deitaram os líderes dos sobreviventes de Quibuenda.

Essa estratégia tem a virtualidade de descartar hipóteses falsas, ou pelo menos que se afigurem menos funcionais no seio de um mundo. Mas fracassa na orientação de quaisquer hipóteses que facultem uma revolução, ou porventura mesmo algumas evoluções desse mundo, e já não apenas quaisquer acertos pontuais no seu interior (como a do correto espoletamento de bombas, ou dos exatos procedimentos que transfiguram projecteis em *maza*). Sempre que se requeira tal orientação – sempre que nos deitemos nos lençóis de Quibuenda, e a lei do maior conforto ou segurança se nos sobreponha à do menor esforço – além de continuarmos a implementar a estratégia anterior, teremos de avançar para o tal fio da navalha.

O qual é constituído pelo limite que distingue cada mundo de outros, por nele (limite) se abrir a disjunção entre respostas à questão do que há como tal, e se disponibilizar algum critério de negação de todas menos de uma, cujo exercício (do critério) permita a requerida evolução ou até revolução. A determinação desse limite será facultada, primeiro, pela depuração mútua entre mundos que se chocam, numa evidenciação da forma geral do que há como tal

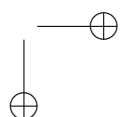
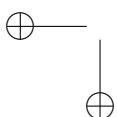




– ou numa *tendência para* essa forma, visto que será mediante a linguagem de um dado mundo que o limite é visado. Em todo o caso, num segundo passo caberá analisar a forma geral de modo a distinguir as possíveis formas particulares que a implementem – as diversas respostas à questão do que há como tal – cada uma das quais fundando um mundo ou uma *família* de mundos (e.g. a dos emergentistas, porventura entre os quais os animistas, sendo um deles o dos Dembos). Obter-se-á assim uma forma das soluções do problema do que há – que é o que procuro deduzir em Albergaria (2011).

Na recordação das minhas antigas e saudosas conversas do St. Mike's espero pois ter encontrado a pista de uma primeira *compreensão* desse problema. Pegando na palavra de um matemático (como o John gostaria), George Pólya (1945) propôs uma heurística para a resolução de problemas em geral segundo a qual, a esse primeiro momento, se sucederá a elaboração de um *plano* resolutivo, em ordem a uma ulterior *execução* deste último, e enfim à *avaliação* do resultado obtido (conferindo se responde ao problema original). Naquele outro artigo volto à compreensão deste problema, mas tentando fazê-lo com o rigor que faculte ao menos uma indicação para um posterior plano resolutivo – além de confirmar a problematicidade do que há como tal, nomeadamente pela eliminação da hipótese de uma sua trivialidade em relação ao que há enquanto tal. Porventura deveria eu antes seguir o velho conselho de Lewis Carroll (1895) a quem não é capaz de tais demonstrações lógicas⁵, mas isso não significará que esse empreendimento, em melhores mãos, não possa facultar resultados relevantes.

⁵ Que então nos dediquemos ao futebol.





Bibliografia:

- Albergaria, M.S., 2011. “Dedução da forma das soluções do problema do que há”. textitLusoSofia.Net, 2011
- Boroditsky, L. 2011. “How language shapes thought”. *Scientific American*, 304 (2): 43-45
- Carroll, L. 1895. “What the tortoise said to Achilles”. *Mind*, IV (14): 278-280.
- Fuchs, C. 2002. “Les langues entre universalisme et relativisme”. *Sciences Humaines*, Hors-série “Les Sciences de la Cognition”, 35: 38-41.
- Furtado, J. 2007. *A Guerra*. Vol. III, “[Massacres contra chacinas](#)”. Lisboa: RTP,
- Laughlin, R.B. 2005. *A Different Universe (Reinventing Physics from the Bottom Down)*. Nova Iorque: Basic Books (trad. port., Gradiva, 2008).
- Lourenço, M.S. 1991. *Teoria Clássica da Dedução*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Pólya, G. 1945. *How to Solve It*. Princeton: Princeton University Press.

